

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

Ata da reunião ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV

Aos dezessete dias do mês de Outubro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e dezessete minutos, no plenarinho da Câmara Municipal, reuniram-se o Conselho Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente, Diretora da Previdência e Atuária, Diretor Financeiro e Consultor Financeiro da LDB além de servidores para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos.

Pauta do dia: Leitura da ata da reunião ordinária do dia 03 de Outubro de 2017 e das reuniões extraordinárias dos dias 02, 03 e 09 de Outubro de 2017; apresentação do Relatório do Conselho Fiscal referente Agosto de 2017; apresentação do Relatório do Conselho de Administração referente a contas dos meses de Abril a Julho de 2017; resumo do relatório inicial elaborado pela FIPE; aquisição de equipamentos (ar condicionado nova sede); contratação de serviços – atuarial; proposta / Política de investimentos 2018 - Ronaldo e agendamento de reuniões ordinárias mês de Novembro.

O Presidente do Conselho iniciou a reunião realizando a leitura da pauta proposta.

Primeiro item da ordem do dia: sobre a leitura das atas, os presentes por unanimidade optaram pela dispensa dessa leitura, visto

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Ronaldo', 'Fab', and 'erp']

[Handwritten signature at the bottom center]

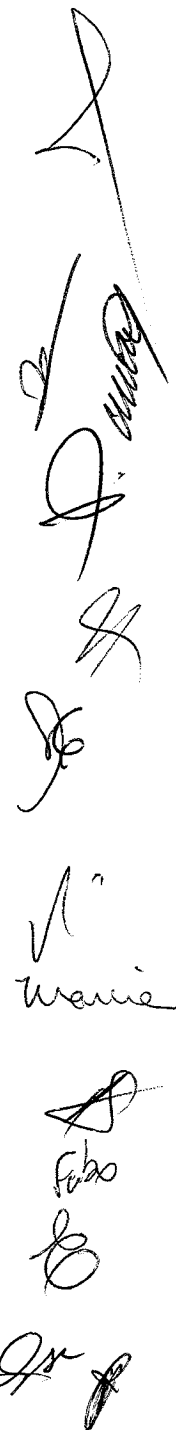
a ciência das mesmas previamente, porém Sandra citou que gostaria que sua fala na reunião do dia 02 de Outubro fosse incluída, questionando aos presentes se poderia ser enviada via email para posterior inclusão como adendo , sendo acordada por todos. A Diretoria da Previdência e Atuária solicitou que na ata do dia 9 de Outubro constasse que foi deliberado a alteração do termo homologar para **acatar** no caso da ciência das aposentadorias e pensões pelo Conselho de Administração. Conforme solicitação da conselheira Sandra solicitou que fosse incluída no item 1 da ata do dia 02 de Outubro, seu questionamento do porque foi decidido alugar o prédio onde será a nova sede da Pauliprev nas condições que se encontrava, tendo a resposta do Diretor Presidente que além do mesmo , Iria e Idu também visitaram o local quando buscavam uma nova sede, acrescentando que não queriam inclusive visitar outros elencados , sendo alertados que teriam adequações, o que fez realizarem as demais visitas. Desta forma, as atas foram aprovadas por todas porém com tais ressalvas.

Eliete pediu a palavra e citou que gostaria de registrar o ocorrido com atas de meses anteriores do Conselho de Administração, uma vez que ficou estabelecido que seria sempre esclarecido questões em reuniões gravadas. Relatou a seguir que no mês de Julho durante a realização de levantamento junto as atas do Conselho Administrativo , identificou a ausência da publicação no site do Pauliprev de três atas inicialmente, datadas de 07 de Fevereiro, 04 de Abril e 30 de Maio. Depois verificou a mesma situação com relação as dos dias 11 de Julho e 28 de Agosto , comunicando assim a Diretora Administrativa. Posteriormente, foram publicadas 3 dessas atas, porém as dos dias 04 de Abril, 30 de Maio e 11 de Julho mantiveram-se sem sua publicação. Acrescentou a seguir que no dia

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

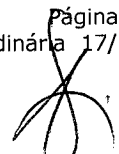
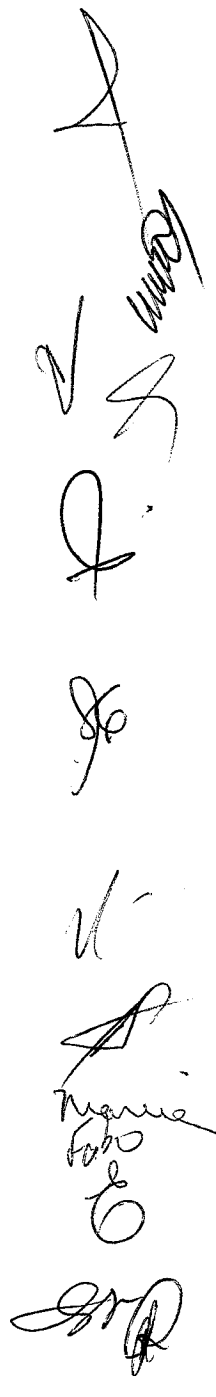
[Handwritten signatures at the bottom of the page]

9 de Setembro teria sido encaminhado aos conselheiros durante reunião extraordinária, novamente as atas faltosas para as devidas assinaturas, sem porém nenhuma explicação sobre tais motivos, lembrando ainda a conselheira Eliete que todos teriam ciência que que já teriam sido assinadas anteriormente e inclusive aprovadas na reunião ordinária subsequente as mesmas. Com isso a referida conselheira questionou a Diretora Administrativa via email, a qual ofereceu devolutiva que as atas "não teriam sido identificadas", parecendo desta forma que a mesma não teria realizado o envio, apesar da existência de email do envio à Diretora Administrativa na época como também do recebimento enquanto conselheira para ciência e leitura prévia . Salientou a seguir os problemas em outras gestões das atas desaparecerem, não achando justo o uso da palavra "não identificadas", quando na verdade o termo correto seria "perdidas", ressaltando desta forma a ausência de responsabilidade neste caso. Citou da gravidade da questão e queria deixar registrado que essas atas foram assinadas novamente . Expôs ainda que teria encaminhado protocolado ao Diretor Presidente no dia 11 de Outubro , relatando o ocorrido, anexando cópias dos emails encaminhados e recebidos , provando desta forma que as referidas, solicitando ainda que fosse tomada as medidas cabíveis. Ressaltou ainda que senão tivesse realizado o levantamento para o pró memória não saberiam que 5 atas não teriam sido divulgadas no site. Assim, apesar de não ser seu papel acompanhar a publicação das atas no site, assim o fará , esperando ainda que isso não se efetive mais . Iria pediu a palavra e questionou sobre a ata do mês de Fevereiro uma vez que era conselheira, o que fez Eliete citar que esta necessitará assiná-la , reiterando que teria reencaminhado a mesma à Diretora Administrativa quando questionada pela Iria sobre o conteúdo , sugerindo ainda que a mesma relese o documento. O



Diretor Presidente a seguir citou que teria advertido para que esta situação não mais se repetisse e acrescentou que ao mesmo tempo em gestões anteriores as atas foram perdidas e não recuperadas e neste caso há formas de se recuperar, o que fez Eliete citar que não se justificava a situação, sendo complementada pelo Diretor Presidente que estaria apenas explicando. Sandra pediu a palavra para incluir na pauta sua fala, ressaltando que conforme estabelecido todas as respostas das conselheiras deveriam ocorrer em reunião gravada, porém estabeleceu-se que sua fala seria realizada ao final da pauta pré estabelecida. O Diretor Presidente sugeriu a inclusão do termo "outros assuntos" na pauta, porém Sandra lembrou os motivos pelos quais fora retirado esse tópico: os itens discutidos neste teriam ficados mais extensos que a pauta propriamente dita.

Segundo item da ordem do dia: Ocorreu inversão do item da pauta, realizando-se a seguir a leitura da ata extraordinária do dia 03 de Outubro pela Eliete que constituiu-se no parecer do Conselho de Administração frente aos apontamentos do Conselho Fiscal referente aos meses de Junho e Julho do corrente ano. Eliete acrescentou que nesta oportunidade seria entregue ao Conselho Fiscal, uma cópia deste documento assim como as considerações do Diretor Presidente sobre a FIPE. Eliete expôs que teriam insistido na leitura desse documento, visto os vários questionamentos nas redes sociais quanto ao posicionamento das conselheiras eleitas diante dos apontamentos do Conselho Fiscal. O Diretor Presidente solicitou vista do relatório já que não teve acesso ao mesmo e portanto gostaria de fazer algumas ponderações. Iria pediu a palavra e citou que conforme já teria citado em reunião anterior e inclusive para constar em ata, lembrou o processo da busca do novo imóvel para locação (o Prefeito não teria cedido um espaço público) e do valor do prédio



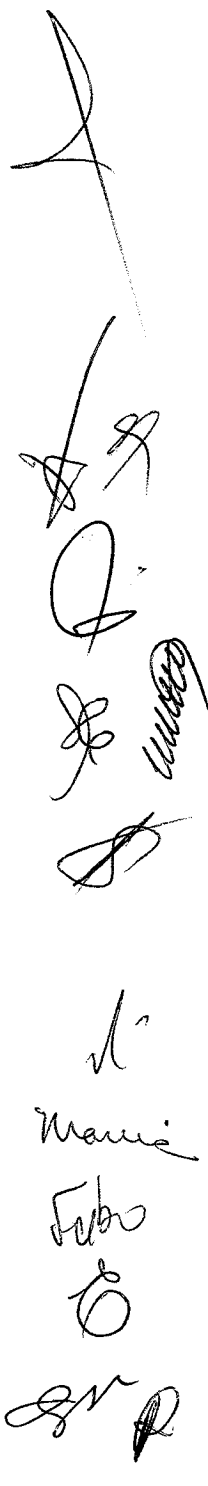
atual, o que fez os conselheiros autorizarem a locação de novo imóvel, cabendo assim aos novos conselheiros a continuidade do processo: parecer jurídico, licitações, o que fez Eliete citar que as conselheiras vinham realizando tal acompanhamento, visto que já teria ocorrido deliberação anterior do aluguel do imóvel. Iria então citou que a proposta inicial do Diretor Presidente era mudar de forma imediata com os móveis existentes como também com os móveis cedidos pela Câmara. Eliete então citou que teria questionado se quando do aluguel do novo imóvel, não se teria sido realizado um planejamento, uma estimativa de custo quanto as adequações, porém isso não se efetivou. Sandra citou que a mudança esta prevista para o final do mês com os móveis existentes, que por ocasião do aluguel, os conselheiros da época o aprovaram naquelas condições que o imóvel encontrava-se, sendo que atualmente os conselheiros vem realizando as solicitações do parecer do jurídico, do Conselho Fiscal, questionando o Diretor Presidente, portanto que não adiantaria mais neste momento querer encontrar responsável, ressaltando os pontos que acataram-se dos apontamentos do Conselho Fiscal, porém enfatizando que não teria como não fazer adequações no imóvel, visto este ser um salão. Iria então citou que Eliete teria realizado um comentário sobre isso nas redes sociais, o que fez Eliete citar que assumiria responsabilidades a partir da data que assumiu como conselheira, antes disso não, o que fez Iria citar que a mesma tem o papel de fiscalizar o trabalho. Eliete então citou que a mesma deveria ter a preocupação de ter acompanhado todo o processo de locação, uma vez que autorizou tal locação. Márcia Ambrozini interrompeu a fala de Eliete e citou que esta discussão já teria sido realizada. O Diretor Presidente a seguir citou que um imóvel não possui somente economia durante um mês, mas durante todo um período, o que gerará economia diante tudo que foi realizado

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signature at the bottom right]

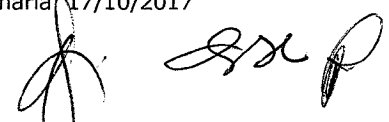
no local e inclusive no valor do aluguel, reiterando que queria vistas do relatório /ata para que pudesse fazer sua manifestação.

Terceiro item da ordem do dia: Ligian Presidente do Conselho Fiscal entregou inicialmente uma via dos apontamentos referente ao mês de Agosto ao Presidente do Conselho e outra à Diretoria. Sandra pediu a palavra e citou que teria sugerido à Márcia Ambrozini para discussão no Conselho Fiscal a respeito do abono de R\$ 1.000,00. Segundo a conselheira, o abono dos aposentados deveria ser pago pela Prefeitura, porém quem vem realizando tal pagamento é o Instituto, questionando então se a Prefeitura vem realizando os devidos repasses à Pauliprev. Fabio então relatou que havia um acordo verbal onde a Prefeitura vinha realizando tais pagamentos, porém a partir do parecer do jurídico da Prefeitura tais pagamentos foram suspensos. Ligian então afirmou a existência de um protocolo sobre o assunto : 3902/16 datado de 26 de Fevereiro de 2016 do Instituto à Prefeitura solicitando que fosse efetuado os repasses dos valores relacionados, referentes a contribuições em atraso e pagamento de abono de inativos. Informou ainda a existência do 5929/16 datado de 21 de Março do mesmo ano onde foi solicitado o repasse patronal e alíquota de complementação de servidores afastados em auxílio doença uma vez que não vinha ocorrendo pela municipalidade, acrescentando ainda que foi importante Marcia levantar esse assunto, necessitando assim verificar o andamento dos mesmos. Ligian a seguir citou que na próxima reunião conjunta (final do mês de Novembro) o Conselho Fiscal deverá apresentar a aprovação ou não do trimestre. Sandra retomou a palavra e solicitou a importância do Conselho Fiscal verificar junto ao Diretor Presidente esta questão realizando uma rápida conta desses valores, e portanto que estaria sendo deixado de repassar atualmente para o Instituto a

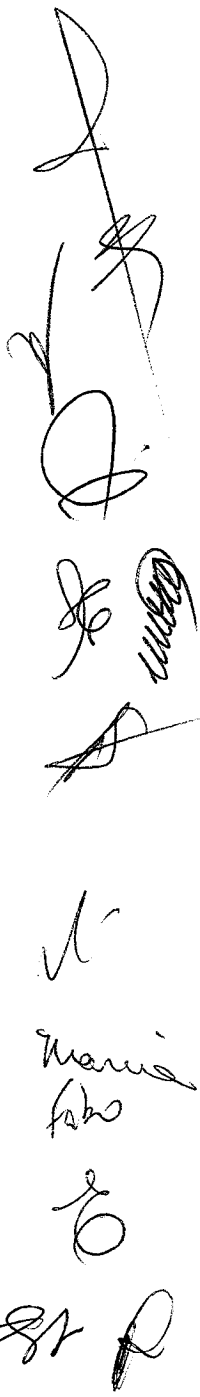


Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and the name 'Manis' and 'Fabio' written vertically at the bottom.

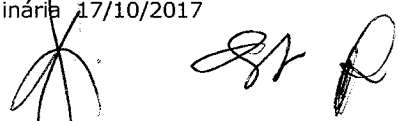
importância de R\$ 780.000,00/mês, sem contar o abono pago também aos pensionistas. Em relação ao mês de Agosto, Ligian citou que a Prefeitura realizou o repasse ao Instituto no valor de R\$ 8.298.251,38 e a Câmara o valor de \$ 159.766,88, ambos pagos em dia, creditados respectivamente na CAIXA FI Brasil ref. DI Longo Prazo e no Banco do Brasil Carteira de Administração. Relatou a seguir que o parcelamento de débitos previdenciários foi pago em dia totalizando R\$ 514.099,22, porém com valores calculados sobre o contrato de parcelamento anterior e que não contempla os valores reais em atraso. Citou a seguir que a folha de pagamento com aposentados e pensionistas correspondeu respectivamente a R\$ 4.514.058,51 e R\$ 415.855,29, enquanto que em relação aos 235 afastados a folha atingiu a R\$ 808.669,50, alertando ainda que esse gasto representa aproximadamente 10% do valor do repasse mensal. Em relação a carteira de investimentos, esta fechou o mês de Agosto totalizando R\$ 1.034.216.949,67, apontando novamente que os FIPs foram os mais prejudicados como Atico FII - Imobiliário além das perdas já elencadas por este Conselho em FIDCs - GGR PRIME I FIDC e SEM - Mezanino VII, anexando ao documento a integra da ata do Comitê de Investimentos 07/17, onde fora acatado por unanimidade dos presentes a permanência da Administradora e custodiante Gradual Corretora de Cambio , Títulos e Valores Mobiliários nos fundos FMD - Fundo Investimento Multimercado, Sculptor Credito Privado e Infra Saneamento . Ligian ressaltou a seguir que teriam apenas evidenciado alguns pontos dos fundos, uma vez que gostariam que alguém do Comitê explicasse. Citou a seguir da carta recebida em 16 de Outubro pelo Comitê de Investimentos , carta esta encaminhada para os cotistas do Sculptor , onde a gestora do fundo realizou alguns esclarecimentos sobre o atraso na liquidação de créditos. Posteriormente citou sobre os fundos: Atico Gestão



Empresarial, onde através de Assembleia realizada em 26 de Julho se teria 45 dias para confirmarem a parcela vencida em Dezembro de 2016 e investida SEED. Da Incentivo II FIDC Multisetorial, foi realizada uma Assembleia em 03 de Agosto de 2017 onde consta distribuição de saldo de caixa, cabendo ao Pauliprev o montante de R\$ 5.032.897,19 para o dia 24 de Agosto do mesmo ano. Já o Incentivo II Multisetorial, ocorreu uma Assembleia em 03 de Agosto de 2017, citando do aporte para arcar com despesas futuras, projetadas para um ano, cabendo ao Pauliprev o montante de R\$ 158.240,13 para o dia 24 de Agosto de 2017. Em relação aos processos de empenho, Ligian citou que continuam solicitando o parecer jurídico sobre o pagamento de dois alugueis, acrescentando que vem sendo realizado um levantamento de atas a respeito da nova sede e que oferecerão o parecer na prestação de contas, lembrando a seguir do acesso do pagamento do aluguel somente em Agosto (caixa de Junho, não constantes nas caixas avaliadas pelo Conselho anteriormente). A seguir acharam oportuno apontarem alguns questionamentos ao Conselho Administrativo, sendo que passará posteriormente devolutiva ao mesmo: motivo da mudança do cabeçalho utilizado no empenho em 116/2017 - Orçamento Global Complementar com locação de imóvel com valores fracionados em 16/001- R\$ 10.863,54 e 14/008 no valor de R\$ 4.595,00; documentação da negativa sobre efetivação de novo parcelamento de débitos previdenciários, entendendo que o valor hoje em pendência é muito maior do que já existe. Citou que lhe foi passado que existe um parecer que aponta que não pode ser cancelado o contrato de parcelamento e fazer outro, portanto que gostariam de contar com resposta disso, para pensarem como poderão fazer com esse valor que não está sendo contemplado. Outro aspecto que foi destacado foi o parecer jurídico quanto ao pagamento de jeton, lembrando que

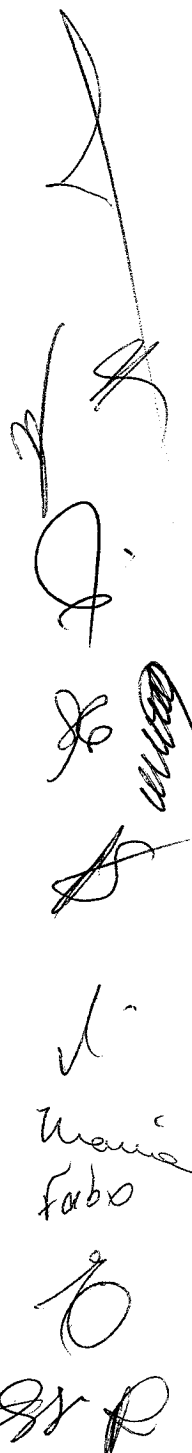


Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature that appears to say 'Mariano' near the bottom.

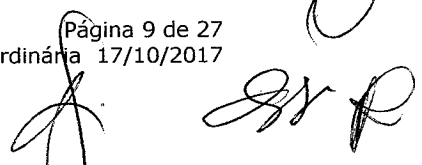


Handwritten signatures at the bottom right, including a large signature that looks like 'Ligian' and another one below it.

esse assunto vem sendo discutido na comissão de reelaboração do Regimento Interno. Em relação aos processos de empenho observaram que na sua maioria estavam sem a assinatura do responsável. Neste sentido Ligian citou que o contador solicitou 30 dias para disponibilizar os processos ao Conselho Fiscal, solicitando assim que neste período as caixas sejam finalizadas e assinadas para poderem analisar. Com isso Eliete afirmou que isso vem atrasando o trabalho realizado pelo Conselho Fiscal, sendo complementada pela Márcia Ambrozini que o Conselho deveria ter avaliado esses documentos na primeira semana de Outubro, o que Ligian citou que um documento será protocolado neste sentido. No quesito deliberação de gastos, Ligian solicitou que o Conselho Administrativo apresentasse uma posição sobre tal questão, sendo que no passado todos os gastos eram passados ao Conselho com três orçamentos independente do valor, porém no governo do Mário Lacerda isso deixou de existir. Com isso o Conselho Fiscal teria realizado dois apontamentos uma vez que não foi encontrada deliberações dos Conselhos Administrativo.: empenho 120/2017 - curso de pós graduação a distância em perícia médica (dois processos) no valor de R\$ 2560,00 cada um e empenho 111/2017- elaboração de projeto de rede de dados e elétrica para nova sede - R\$ 5.132,17. Em relação ao empenho 111, ressaltaram que considerando o pregão presencial 01/2017 que teve como objeto a contratação especializada para prestação de serviços de implantação de infraestrutura de rede estruturada de dados e voz, PABX, CFTV, Acess Point e Switch, questionaram do porque não teria se contemplado o projeto de tecnologia da informação. A seguir Ligian citou que o Conselho Fiscal mantém a solicitação quanto a frequência de todos os servidores, com devidas justificativas caso de faltas, abonos e execução de horas extras. Em relação aos contratos citou que voltaram a analisar a

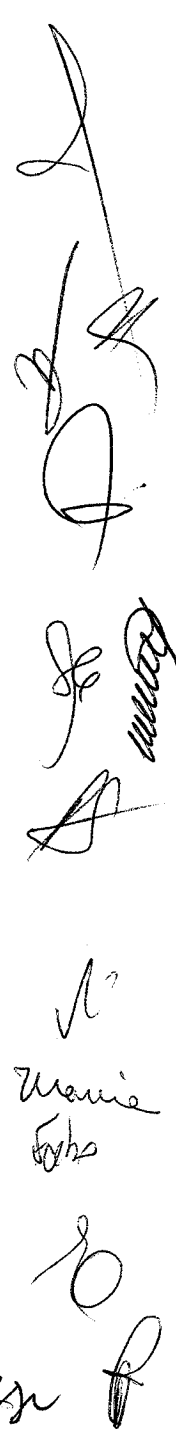


Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and the name 'Márcia Ambrozini' written vertically, along with other initials at the bottom.

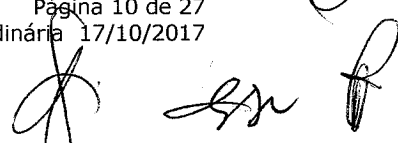


Handwritten signatures at the bottom of the page, including a large signature on the left and another on the right.

carta convite 008/2017 que teve como objeto a pintura da nova sede e reparos e pintura na sede atual, citando que não ofereceriam parecer uma vez que a folha final (05/06) que deveria contar com as assinaturas das partes, estava ausente no contrato. Já sobre o pregão presencial 02/2017 – processo administrativo 13/2017 onde o objeto era a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para implantação de infra estrutura elétrica nas novas instalações do Pauliprev, observaram que havia no processo um descritivo para contratação . Com isso o Conselho Fiscal questionou quem foi o técnico responsável pela elaboração do descritivo emitido , assim como se o mesmo não poderia ter feito o descritivo da rede de dados. Quanto ao site destacaram que vários aspectos foram atualizados, porem as atas do Conselho Fiscal continuam em atraso, sendo sugerido pela Márcia Ambrozini que as atas conjuntas com o Conselho Administrativo seja reproduzidas também no espaço voltado a este Conselho. Ligian citou sobre a matéria publicada no Jornal Aqui Paulínia , o que fez solicitarem toda documentação comprobatória do valor de 7 milhões a ser depositado na conta da entidade divulgado no Jornal e da obtenção do CRP ressaltando que o mesmo não é exigido nos casos de transferências relativas as ações de Educação, Saúde e Assistência Social, acrescentando que diante das colocações citadas ,torna-se necessário ter cuidados neste sentido, uma vez que poderão confundir as atribuições da Prefeitura e Instituto. Finalizando, citou que não teria colocado nos apontamentos do Conselho Fiscal, porém observaram que continua constando que o CRP encontra-se irregular. Nara pediu a palavra e solicitou que este material apresentado pelo Conselho Fiscal fosse encaminhado aos conselheiros, ficando Ligian de enviar à Eliete para reencaminhá-lo. Sandra questionou então o Diretor Presidente sobre o trâmite para alteração da questão da regularidade

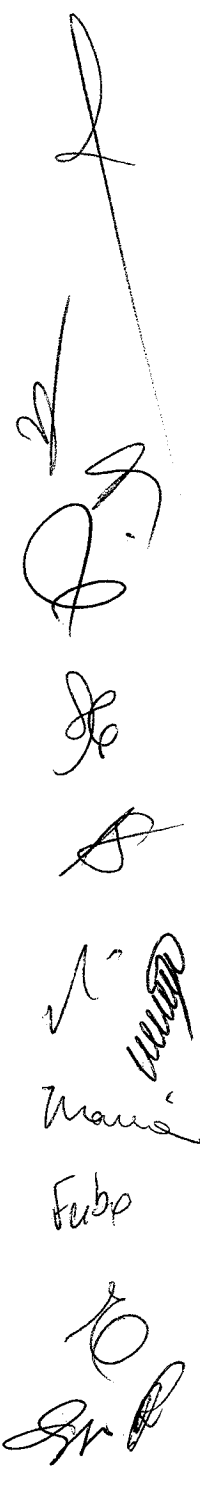


Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature labeled 'Márcia' near the bottom.



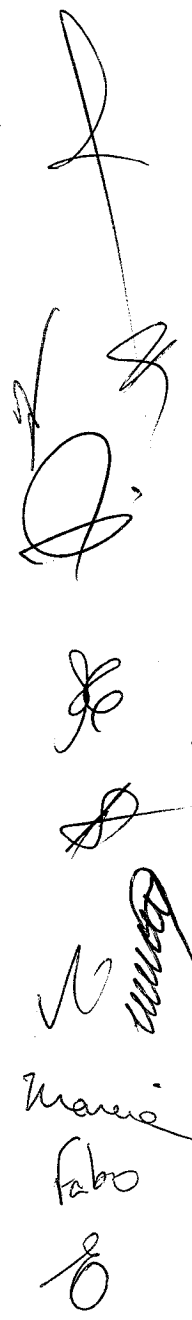
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a signature that appears to be 'Ligian' and another that appears to be 'Sandra'.

do CRP, tendo a devolutiva do mesmo que existe um tempo para atualização do sistema da Previdência. Sandra a seguir questionou a partir de que data os apontamentos do Conselho Fiscal passariam primeiramente ao Diretor Presidente. Ligian citou que avaliaram que contratos de empenho devam ter a ciência dos conselheiros administrativos, citando ainda que será encaminhado ainda um outro com questões contábeis, o que fez Sandra salientar a importância de citarem sempre. Márcia Ambrozini posicionou-se quanto a forma estabelecida dos encaminhamento, avaliando-se que se saiu perdendo, pois da maneira anterior ficaria mais transparente, lembrando ainda que o Diretor Presidente está sempre presente nas reuniões. Sandra retomou a palavra e sugeriu que ocorresse os apontamentos e ao mesmo tempo as respostas do Diretor Presidente frente as questões. O Diretor Presidente então questionou se o Conselho Fiscal poderia lhe apresentar os apontamentos com certa antecedência, tendo a resposta da Ligian que o Conselho vem contando com dificuldades, uma vez que tiveram acesso recente dos documentos e mesmo assim sem as devidas assinaturas. Ligian citou a seguir que concordava com a posição da Márcia Ambrozini, uma vez que a reunião é conjunta. Eliete então citou que o primeiro ponto a se estabelecer é a agilização dos documentos, ficando claro desta forma que isso vem atrapalhando o andamento dos trabalhos. Em relação ao item 3 citado pelo Conselho Fiscal, o Diretor Presidente esclareceu que não há uma negativa do novo parcelamento de débito previdenciário, que encontra-se em processo de homologação no Ministério da Previdência. Quanto ao item 4 que cita de uma variação inferior em relação as despesas de aposentados e pensionistas, o Diretor Presidente citou que isto se gerou a partir dos apontamentos do Tribunal de Contas determinando a exclusão de verbas transitórias. Ligian então pediu a palavra citando que gostaria

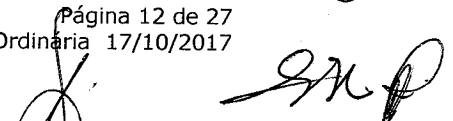


Handwritten signatures and initials on the right margin, including a long vertical signature, a signature that looks like 'Ligian', another signature, and several initials and names such as 'Márcia', 'Eliete', and 'Fubp'.

que fosse esclarecido o procedimento que vem se efetivando quando se glosa a aposentadoria, avaliando como adequado o servidor ter ciência disso e ao mesmo tempo questionando por quantas vezes o Instituto vem recorrendo. Ao mesmo tempo citou que uma servidora teria buscado informações no Pauliprev porém não contou com uma pessoa que lhe esclarecesse o que de fato teria ocorrido, porém lhe teriam sugerindo que entrasse na justiça com um grupo de mais 30 pessoas. Desta forma, citou que gostaria que se efetivasse um atendimento mais direcionado, uma vez que se cria um alarde, considerando ainda os valores significativos de muitos servidores. O Diretor Presidente relatou a situação de uma servidora que teria tido sua aposentadoria glosada, citando a seguir que caso os servidores não concordem com esta posição apontada pelo Tribunal de Contas, que deverão buscar a Justiça. A seguir citou que em seu entendimento deva ser realizado o depósito judicial das diferenças em relação a esta retenção, cabendo a justiça a definição final. Ainda demonstrou a preocupação com o pagamento da verba honorária desta ação pela Pauliprev, o que faz o mesmo avaliar da importância de se chamar uma audiência e estabelecimento de um acordo homologado pela Justiça, porém não no caso de verba transitória. Ligian então questionou como se dá o processo atualmente, tendo a resposta do mesmo que o servidor é notificado. A Diretora da Previdência e Atuária citou que o servidor é orientado que poderá contar com o apontamento pelo Tribunal de Contas e este faz a opção em receber ou não. Fabio então completou citando que o Tribunal de Contas faz a escolha do processo aleatoriamente, por amostragem, motivo pelo qual que servidores com situações de aposentadorias possuem ou não retenção. Com isso o Diretor Presidente expressou a necessidade de ser discutida qual será a conduta uma vez que não acha justo o Instituto assumir os custos dos honorários dos



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones, and the names 'Mauricio' and 'Fabio' written in cursive.



Handwritten initials and a signature at the bottom right of the page.

Advogados, juros e correção monetária a partir de uma determinação do Tribunal de Contas e ao mesmo tempo da Justiça, que compreende de forma diferenciada. Ligian questionou o tempo que poderá discorrer a partir da entrada na Justiça de uma aposentadoria glosada, tendo a resposta do mesmo que isso poderá se efetivar de 2 a 3 anos. Ligian então demonstrou preocupação não somente com os cofres do Instituto mas também com o servidor, e qual será o posicionamento diante desta questão uma vez que muitos contribuíram caso seja determinado que essas verbas não comporão sua aposentadoria. O Diretor Presidente então citou que deverá ser analisado caso a caso na esfera judicial, uma vez que na administrativa estará esgotado, motivo pelo qual avalia a importância do depósito judicial. Em relação aos afastamentos, o Diretor Presidente citou que solicitará um levantamento mês a mês do número de afastamentos citando ainda que se recorda que em Dezembro /16 havia 336 servidores afastados, portanto sendo pago a importância de 1 milhão e 300 mil reais. Ligian citou que de fato ocorreu uma diminuição, no entanto gostaria que os casos de afastamentos fossem devolvidos à Prefeitura. O Diretor Presidente enfatizou o direito dos servidores ficarem doentes, porém lembrou que muitos não encontram-se tão doentes assim. Hoje os dois médicos que atuam no Instituto vem cursando pós graduação, visando ter conhecimento de perícia para identificar os casos de servidores que não encontram-se tão doentes. Em relação aos processos de empenho, o Diretor Presidente citou da importância de conversar com Rogério para ser agilizado o trabalho, sendo enfatizado pela Ligian da importância das documentações estarem completas. Quanto aos cursos voltados aos médicos, o Diretor Presidente citou que de fato não consultou o Conselho, ato de gestão, no sentido de preparar os médicos para que tenham fundamentos em

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signature at the bottom center]

relação ao tipo de moléstia ou em outros casos, quanto a não te -las também. Sobre o Projeto de rede de dados e energia , o Diretor Presidente citou que o Dr Douglas citou que se deveria dividir e por conta disso assim se efetivou, tendo como justificativa que um serviço é de um tipo e que o outro é outro, portanto de natureza diversa.O Diretor Financeiro pediu a palavra e citou que a ideia inicial era fazer um só e tratar com serviço de engenharia , porém não foi possível devido o parecer jurídico. Márcia Ambrozini então questionou na questão de cursos e outros contratos de valores menores, qual seria o valor para apresentar ao Conselho Administrativo, uma vez que foi estabelecido em ata do dia 03 de Outubro que qualquer coisa deverá passar pelo Conselho Administrativo.O Diretor Presidente então citou a Lei complementar 18, que cabe ao Conselho estabelecer diretrizes, aspecto que foi realizado portanto na semana retrasada. Sobre a matéria publicada no Jornal , explicou que quando não se conta com o CRP , não se tem possui dinheiro para outras atividades e com isso acaba-se restringindo mais o orçamento, citando o artigo 7º da Lei 9717, acrescentando ainda que o jornalista deveria ter realizado uma explicação mais técnica. Finalizando citou da importância de tomar vista para realizar uma resposta de forma mais adequada. O Diretor Financeiro pediu a palavra e citou sobre a participação do Pauliprev na votação da permanência da Gradual . Segundo Luciano, no dia 11 de Outubro teriam recebido uma carta da Administradora que o fundo Sculptor seria fechado incondicionalmente pela falta de pagamento de um resgate programado, porém esta justificativa seria padrão, portanto não acreditaram; que a situação de fato é caso grave, portanto da necessidade de se definir bem. Em relação aos outros fundos , o Diretor Financeiro citou que o Comitê teriam recebido a Gradual , tendo os mesmos justificado os problemas que contaram , tendo

A
✓
J.
Jo
Manis
✓ Fabo
to
P. J. S.

votado desta forma na Administradora por contar com uma função diferente da gestora, salientado que a mesma vem cumprindo o que cabe a ela. Sobre a Atico , possui dois ativo; que é um fundo problemático, sendo que Paulinia não chega a contar com 2 milhões de um PL de 7 milhões, existindo no entanto a possibilidade de reverter esse prejuízo considerando a empresa que o fundo investiu. Sobre o Incentivo I e II, a resposta estaria na ata de número 8 do Conselho, porém adiantou que tinha sido deliberado que iriam fazer a divisão do caixa (36 milhões seria dividido pelos cotistas conforme sua proporção), por outro lado o Incentivo I estava com falta de dinheiro para dar continuidade aos processos de cobrança e recuperação, cabendo a Pauliprev depositar o valor 159 mil reais , caso contrário o fundo seria liquidado, o que não era intenção de ninguém, uma vez que se almejava receber os 5 milhões e 32 mil reais. No entanto em Assembleia, o Incentivo II apresentou um problema de vários resgates que não estavam computados e RPPS que tinham direito a resgate. Com isso se suspendeu a distribuição de caixa, portanto não o Instituto não recebeu os 5 milhões e 32 mil reais. Desta forma, defenderam a proposta de não distribuir o montante neste momento, visto que a prioridade era pagar os resgates, ficando o fundo a zero e o Pauliprev não teria direito já que não se pediu resgate. Com isso foi solicitado um parecer para justamente analisar a regra do fundo e se verificar o que será feito, sendo que o parecer do Comitê da Pauliprev é não pagar nenhum resgate. Eliete então questionou o prazo para que isso se resolva, tendo a devolutiva que isto estaria para acontecer. A seguir o Diretor Financeiro citou que em relação ao Incentivo II estabeleceram que caso não receberem o valor de 5 milhões , não autorizaria os 159 mil, mas também não gostariam que o fundo fosse liquidado, visto a complexidade deste processo posterior. Com isso o Comitê

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

estabeleceu que senão ocorrer a definição do aporte , autorizaria somente pagar metade dos 159 mil reais, inclusive como já fizeram, portanto foi pago 79 mil reais, ressaltando ainda que quem não o fez o aporte será cobrado judicialmente já que é uma regra estabelecida. Guilherme então questionou se será liberado os 5 milhões, tendo a resposta que neste momento o Pauliprev não está querendo que se tome qualquer tipo de decisão , citando que a Gradual está fazendo um trabalho interessante na recuperação dos ativos, sendo que 60% deles conta com ativos podres no mercado e possíveis de serem cobrados na justiça (bloqueio de bens). Jose Carlos lembrou que desde Janeiro /17 vem avaliando que parte da carteira encontram-se com sérios problemas; que a Gradual vem tentando salvar alguma coisa, lembrando que esse problema para Paulínia foi gerado em gestões anteriores. Citou que avalia que a Gradual possui uma administração muito frágil, onde tudo pode sem contar que está envolvido em uma série de irregularidades, inclusive com Policia Federal, recursos no exterior. Reiterou como já teria dito em Janeiro de tomar algumas medidas, como ajuizar ações, tentando preservar esses fundos, fundos na verdade que foram criados para lesar. O Diretor Presidente então citou que estaria agendando uma reunião sobre este assunto especificamente. Jose Carlos enfatizou que não poderia mais esperar, sendo completado pelo Fabio que estão buscando caminhos. O Diretor Financeiro então citou que alguns fundos de fato foram criados para lesar, por outro lado há outros que são do mesmo fundo que tem por regra uma parcela em títulos públicos, Citou que receberam a Gradual logo depois da Policia Federal , sendo que explicaram que não existe recursos no exterior, chegando até ser convincente aos mesmos, enfatizando assim que se o problema maior fosse a gestão certamente teriam tomado outras providências.

(Handwritten signatures and initials on the right margin)

(Handwritten signatures at the bottom right)

Quarto item da ordem do dia: em relação ao relatório da FIPE, o Diretor Presidente citou que 242 pedidos foram formulados em relação a compensação previdenciária, respondendo a Ligian que apenas 36 processos geraram os 7 milhões e 231 já apresentados pelo mesmo gerará 266 milhões. A seguir explicou que o sistema "vira" no final do mês e com isso se o CRP já estivesse resolvido anteriormente, no dia 6 de Outubro já teriam recebido esse valor, portanto será depositado no próximo mês. Mencionou a seguir que os valores de efeito futuro, ou seja, 28 milhões e 600 mil, será fracionado em 233 parcelas, portanto um valor de 122 mil /mês. A partir de 2018 o valor máximo de repasse mensal vai saltar de 500 mil para um 1 milhão e 500 mil. Ligian então questionou se é possível ter conhecimento do porque em um momento o processo foi indeferido , tendo a resposta positiva, o que fez a mesma questionar a seguir que como conselheira poderia fora do horário de seu trabalho aprender fazer este serviço que vem sendo desenvolvido, tendo a resposta que para isso necessitaria de uma senha de acesso, visto ser um sistema do Ministério da Previdência, sugerindo então que seria necessário o mesmo enviar um ofício à Secretaria solicitando sua disponibilidade para que pudesse acompanhar este trabalho. Ligian ressaltou assim que esta proposta seria fora de seu horário de trabalho. Nara pediu a palavra e citou que em reunião ficou estabelecido de se agendar uma data para apresentar os procedimentos deste processo, estabelecendo-se assim que o Diretor Presidente faria o pedido , porém ao mesmo tempo convidou Nara para no dia posterior acompanhar este processo, abrindo também para outros interessados. O Diretor Presidente a seguir retomou sua fala quanto aos processos indeferidos , exemplificando um processo que na quinta vez do envio foi deferido, fazendo a reflexão do porque

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

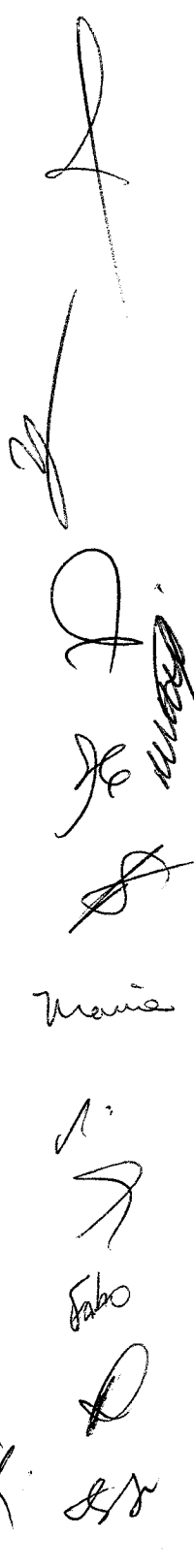
não foi agilizado tal processo, visto que se tinha conhecimento dos motivos pelos quais teria sido indeferido. Nivia então completou que muitas vezes corresponde a aspectos simples, como certidão de nascimento, casamento, entre outros. Jose Carlos enfatizou a importância do trabalho que vem sendo realizado, o que fez o Diretor Presidente citar que esses valores entram no calculo atuarial como também como receita no Instituto (um deles para pagamento administrativo e outra para pagamento de benefícios), necessitando uma conta especifica na Caixa Econômica para isto. Com isso os valores irão ingressar nesta conta, conta esta já existente , e será transferido à conta onde hoje se realiza os pagamentos dos beneficiados. Finalizando, disponibilizou ao Presidente do Conselho relatório da FIPE, afim de ser digitalizado e enviado para Eliete socializar com todos conselheiros . A seguir citou o valor que o Instituto poderia ter prescrito , caso não tivesse iniciado o trabalho da FIPE em Setembro (aproximadamente 112 mil e 800 reais), expondo a seguir que 536 prescrições foram suspensas, devido o envio do documento e caso não tivesse iniciado este processo de compensação previdenciária, teria prescrito aproximadamente 648 mil e 800 reais.

Quinto item da ordem do dia: o Diretor Presidente citou que no prédio atual o Instituto conta com 2 aparelhos de ar condicionado, no entanto serão necessários para o novo prédio além dos citados mais 2 aparelhos , um para a sala de perícia e outro no piso superior onde ficará a Diretoria e servidor local, o que fez Eliete questionar a capacidade (BTUs), tendo a resposta de 9000 e outro de 12000, apresentando a seguir 2 orçamentos, portanto com um custo aproximado total de 2 aparelhos R\$ 3775,00 , sendo completado pelo Reginaldo que ainda se teria o custo de mão de obra referente a 6

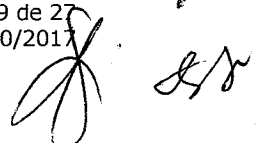
(Handwritten signatures and initials on the right margin)

operações (desinstalação de 2 e mais instalação de 4 aparelhos). Guilherme então citou que a instalação e desinstalação girará em torno de 500 a 800 reais de cada aparelho. O Diretor Presidente então citou que o Instituto não conta com fogão, apresentando também 2 orçamentos que variaram de 359 a 400 reais, sendo alertado pelo Presidente do Conselho de também se deliberar sobre os acessórios necessários neste caso. O Diretor Presidente a seguir citou da necessidade de solicitar autorização para fazer orçamentos sobre o Projeto / AVCB – laudo do corpo de aposentados (Ligian ficou de verificar referencia de AVCB), transportadora para mudança, sinalização, identificação do prédio, carteiras para aposentados. Questionado pelo Presidente do Conselho o valor de transporte para mudança, o Diretor Presidente citou que teria obtido como orçamento a importância de 4 mil reais, ficando Eliete responsável de enviar ao mesmo uma relação de transportadoras para se obter outros parâmetros, visto os presentes avaliarem este orçamento muito elevado. Na oportunidade o conselheiro Adilson disponibilizou um micro ondas usado para a nova sede do Instituto. Desta forma, o Presidente do Conselho colocou em votação tanto para a aquisição de 2 aparelhos de ar condicionado, desinstalação de mais 2 e portanto a instalação de 4 aparelhos na nova sede, a mão de obra para estas operações, aquisição de um fogão doméstico simples, com acessórios necessários, sendo aprovado por unanimidade. Por unanimidade também todos os conselheiros aprovaram que o Diretor Presidente realizasse os orçamentos dos demais itens citados anteriormente.

Sexto item da ordem do dia: o Diretor Presidente solicitou autorização para obtenção de orçamentos para o cálculo atuarial. Ligian questionou se esse cálculo contemplará as informações que o



Handwritten signatures and initials, including the name 'Maurice' written in cursive.



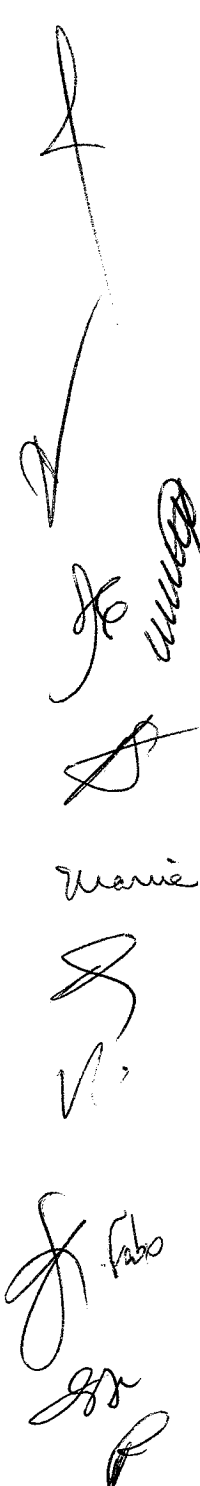
RH obterá através do censo, tendo a resposta positiva. Nivia então explicou que o recadastramento está ocorrendo em duas fases, onde na primeira o servidor insere os dados no sistema do portal do servidor (até dia 20 de Outubro) e na segunda onde o mesmo deverá realizar o recadastramento físico e apresentar no RH toda documentação correspondente aos dados inseridos anteriormente, sendo que posteriormente esta etapa será cruzado os dados e se verificará o material fornecido pelos servidores (documentos em cópias), sem data no entanto para inicio desta etapa. O Diretor Presidente então ressaltou que necessita destas informações, dessas variáveis, para que se efetive o cálculo atuarial do Pauliprev lembrando que além das informações sobre a idade servidor, do cônjuge, dos filhos, também necessita da vida profissional anterior, pois depende desses dados para fazer um cálculo atuarial adequado e não como foi realizado anteriormente, onde foi apresentado 1 bilhão e 293 milhões de déficit atuarial. Ainda citou que caso não ocorra este cálculo atuarial durante 2017 foi justamente devido tais fatores, levando em consideração que a CEF não apresentou até o momento nenhum retorno. Nivia pediu a palavra e citou que o recadastramento vem ocorrendo de forma tranquila, sendo identificado alguns aspectos errôneos, porém que se mantém preocupada com relação ao histórico funcional, não confiando nas informações fornecidas, reiterando que seria ideal o extrato do CNIS, sendo que somente algumas pessoas vem apresentando esta certidão. Márcia Ambrozini então lembrou que teria sido estabelecido que seria cotado empresas que realizariam o cálculo atuarial da forma como o Instituto estabelecesse, tendo a resposta do Diretor Presidente que a LDB conforme citado pelos conselheiros o faria. Ronaldo então presente na reunião citou que poderia desde que se efetivasse outro contrato. Nivia então o questionou se poderia se realizar um cálculo com

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

informações contidas na carteira de trabalho, tendo a resposta positiva do consultor, porém com a incerteza se fora recolhido a contribuição previdenciária. Márcia Ambrozini retomou a palavra e citou sobre a questão do censo, tendo a resposta do Diretor Presidente que sendo realizado pelo RH, não teria como realizar outro. Ao mesmo tempo citou que vem buscando junto ao Ministério da Previdência obter essa informação. Iria então sugeriu que cada servidor buscasse sua certidão, tendo a resposta do Diretor Presidente que para isso o Prefeito deveria soltar um Decreto estabelecendo esta questão.

Ligian pediu a palavra e retomando o assunto sobre o AVCB e considerando a importância desse documento, sugeriu que esta responsabilidade fosse cobrado do proprietário, tendo a resposta negativa do Diretor Presidente.

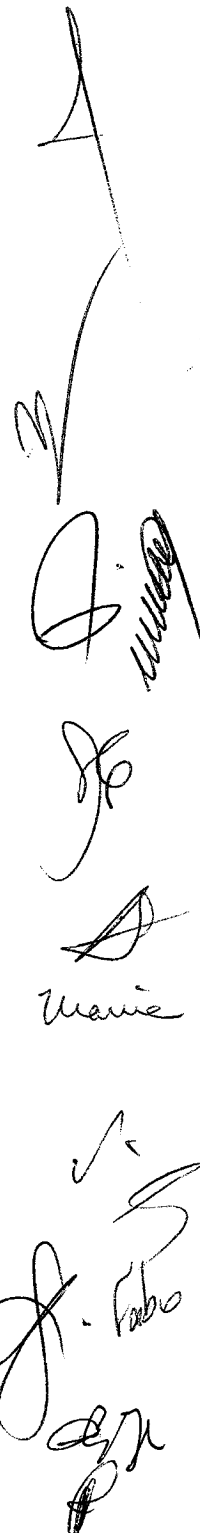
Sandra pediu a palavra e citou que leria um documento, documento este protocolado em 19 de Setembro (nº 376/17) pela mesma e Eliete, visto serem questionadas nas redes sociais sobre a Diretora Administrativa Adriana Rodrigues. Assim, os questionamentos voltaram-se: se a mesa encontrava-se em período de férias, licença médica ou afastamento, período compreendido, prejuízos ao Instituto, funcionário responsável na sua ausência e respaldo jurídico para esta ato. A seguir a conselheira realizou a leitura da resposta do protocolado sendo: que o afastamento ocorreu para fins particulares, sem remuneração correspondente, considerada como faltas justificadas; no período compreendido de 13 a 24 de Setembro; os serviços vinculados foram realizados pelos demais integrantes da Diretoria Executiv e tendo como respaldo jurídico o art. 38 I da Lei Complementar 17/2001. Com isso Sandra citou que fez questão de



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature that appears to say 'Fabio' at the bottom.

ler os documentos para responder as questões geradas nas redes sociais, acrescentando assim que as conselheiras não estão sendo omissas, lembrando que tudo que lhes é solicitado obtém informações e repassam. Guilherme a seguir fez um questionamento de uma pendência ,onde teria sido citado que o pagamento do jeton em um mês específico, teria sido pago em duplicidade, portanto solicitou esclarecimentos sobre a questão. Márcia Ambrozini então explicou que o Regimento atual estabelece que o conselheiro deve participar de duas reuniões no mês para receber o jeton, não especificando no entanto o tipo de reunião : ordinária ou extraordinária. A seguir citou que no mês que ocorreu tal problema os titulares teriam participado de duas reuniões e os suplentes teriam também participado também de duas reuniões, o que gerou portanto a duplicidade. Quando agora na elaboração do novo regimento interno foi se atentado quanto a esta questão, ficando estabelecido desde que aprovado, que somente serão pagas as participações nas reuniões ordinárias e que o suplente somente será acionado após trinta dias do afastamento do titular, o que fez Jose Carlos concluir que não teria ocorrido pagamento em duplicidade.

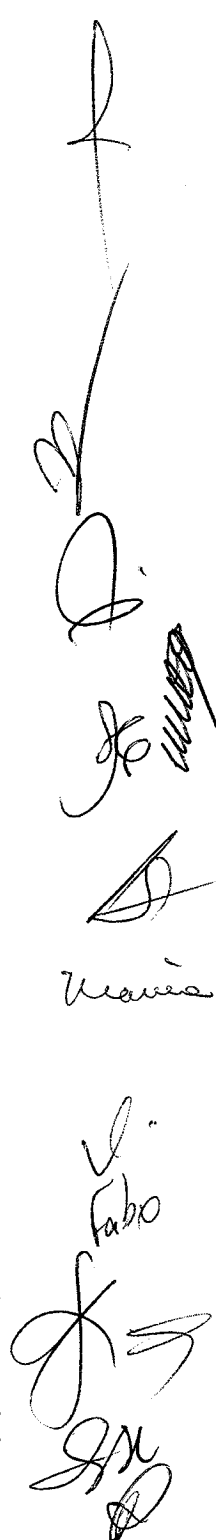
Sandra pediu a palavra e solicitou que na próxima pauta fosse inserido a discussão do 14º salário para aposentados e abono de Natal, uma vez que a Lei que criou o primeiro benefício é muito clara, cita apenas inativos, não estabelecendo desta forma se são celetistas ou estatutários, portanto se estendendo a todos. Ressaltou que torna-se necessário a discussão desses assuntos, visto o tempo decorrido destas questões. Adilson então acrescentou que este item também está sendo discutido na comissão de base previdenciária sendo completado pela Ligian que já existe sentença favorável sobre a questão.



Ligian pediu a palavra e sugeriu que quando se tenha um assunto tão importante como a discussão de Política de Investimentos, que a pauta não seja tão longa, visto que este assunto poderia gerar uma série de questionamentos, o que fez o Presidente citar que teria enviado a pauta uma semana de antecedência, porém ninguém fez nenhum comentário. Sandra a seguir citou que não se pode limitar tempo de fala de conselheiro, não se pode cortar fala de conselheiro, afinal existe reunião de conselheiro é para falar, senão é para falar é palestra e não reunião.

Sétimo item da ordem do dia: o consultor Ronaldo iniciou sua fala citando sobre o censo funcional, citando que se a FIPE já vem realizando o levantamento e portanto trabalhando com informações, certamente pode cruzar o cadastro de inativos Em relação ao censo dos ativos pela Prefeitura, avalia que este trabalho deva ser realizado pelo Instituto e para isso que seja contratada uma empresa especialista nesta área, portanto alertou que não se contará com um cálculo atuarial fidedigno. Ligian realizou comentários a respeito do ótimo parecer realizado pelo consultor em relação as empresas. O Diretor Financeiro então acrescentou que de todas as empresas que passaram por cadastro, estaria apresentando 3 delas que julgaram adequadas para credenciamento, passando desta forma para ciência dos conselheiros – ficando sob responsabilidade do Presidente do Conselho.

A seguir Ronaldo explicou que o objetivo da apresentação era estabelecer onde se pretende investir como também onde não investir para o exercício 2018. Desta forma explicou cada um dos tipos de ativos, o limite estabelecido para aplicação segundo a



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including names like 'Fabio' and 'Mauricio'.

legislação e a alocação atual do Instituto . Assim expôs que considerando que o legislador permite investir no máximo 30% na renda variável e que atualmente o Instituto investe 22,5%, sugeriu que fosse investido neste tópico o limite máximo que a lei permitir.

A partir dos dados apresentados e discussões que se efetivaram, foi sendo construída a tabela de alocação objetivo para 2018 que segue a seguir:

Tipo de ativo	Alocação atual	Alocação objetivo	Limite de legislação
Titulos públicos	23,38%	23%	100%
Fundos 100% Títulos públicos	15,27%	28,18%	100%
Operações compromissadas	0	0	15%
Fundos renda fixa referenciados IMA/IDKA	19,02%	5%	80%
Fundo de índice de renda fixa referenciados IMA/IDKA	0	0	80%
Fundos de renda fixa	8,68%	10%	30%
Fundos de índice de renda fixa	0	0	30%
Poupança	0	0	20%
Letras imobiliárias garantidas	0	0	20%
Cota sênior - FIDC aberto	7,36%	0	15%
Cota sênior - FIDC fechado	0,82%	0,82%	5%
Fundos de renda fixa -crédito privado	2,97%	3%	5%
Fundos de ações referenciados	0	6,50%	30%
Fundos de índices referenciados	0	0	20%
Fundo de ações	8,54%	8,50%	15%
Fundos multimercados	4,50%	5%	5%
Fundo de participações	6,58%	5%	5%
Fundo de investimentos imobiliários	2,88%	5%	5%

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'M. Fabio', 'J. S.', and 'M. S.']

Ressaltou que a minuta da Política foi elaborada pela LDB, desconsiderando totalmente a anterior. Eliete então questionou sobre o monitoramento e relatório citados, perguntando se são geralmente encaminhados aos Conselhos. O consultor então citou que existe uma plataforma onde o Instituto possui uma senha, sendo que diariamente pode se obter um relatório, onde se apresenta a posição do Instituto, da meta atuarial. Eliete então questionou se mensalmente poderia vir acompanhado o relatório do Conselho Fiscal um relatório desse tipo, sendo complementada pelo Ronaldo que poderia ser enviado via email em PDF. Nara ainda acrescentou que esta questão poderia ficar inclusive estabelecida dentro da Política de Investimentos, aspecto este avaliado como positivo pelo consultor. Eliete ainda perguntou onde se verificaria os critérios de credenciamento, sendo alertada pelo Ronaldo que não consta na Política tais dados, citando a seguir que o Instituto possua ou possuirá um documento específico para isso. Nara a seguir questionou onde estaria estabelecido a Política de desinvestimento, o que fez Ronaldo citar que poderia ser incluído esta questão no documento nas disposições finais. Márcia Ambrozini questionou se a minuta teria sido somente encaminhada ao Conselho Administrativo, tendo a resposta positiva do Presidente, ficando Eliete responsável de enviar a todos os conselheiros do Fiscal tal documento. A seguir o consultor explicou o trâmite legal na elaboração da Política de Investimentos onde: o Comitê de Investimento trabalha a minuta da Política, a Diretoria faz a alocação objetivo e apresentação ao Conselho de Administração para aprovação, cabendo ao Conselho Fiscal a fiscalização dos ditames da Política.

O Diretor Presidente então questionou que diante da ciência de todas essas questões sobre a elaboração de uma Política de Investimentos

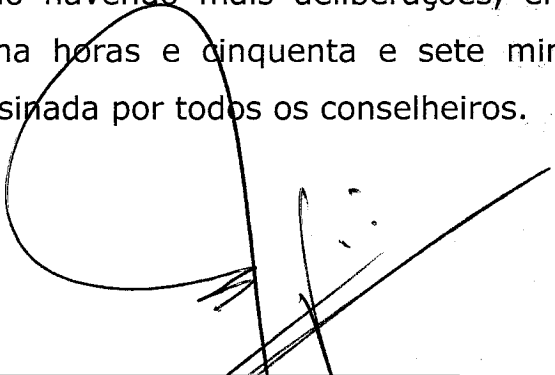


Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and the name 'Maurice' written in cursive. There are also checkmarks and other marks.


e que no passado não foram respeitadas tais tópicos, como ficaria tal situação. O consultor esclareceu que compete apurar responsabilidades e penalizar pois há um ditame a ser seguido e não foi respeitado. Diante disso, o Diretor Presidente solicitou ao consultor que realizasse um comparativo com o que foi realizando anteriormente em relação ao que era estabelecido por lei, tendo a resposta positiva. Ronaldo ainda citou que durante sua participação na CEI foi verificada uma lacuna que não possuía dados de aplicação do Instituto. Vale destacar que a minuta apresentada ainda compreendeu vários tópicos destacando-se ainda o apreçamento de ativos financeiros e gestão de riscos.

Finalizando a reunião estabeleceu-se as datas das reuniões ordinárias para Novembro: dia 16 (quinta feira) e dia 28 (terça feira), ambas às 18 horas no plenarinho da Câmara Municipal assim como o dia 24 de Outubro às 16 horas na sede do Pauliprev para reunião extraordinária com a pauta sobre fundos e Política de Investimentos.

Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião as vinte e uma horas e cinquenta e sete minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.



FERNANDO JOSÉ ROVERI
Presidente Cons. Administrativo



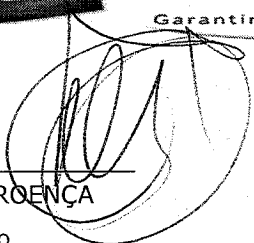
GUILHERME HOFF
Conselho Administrativo



ELIETE MARIA DA SILVA
Secretária Cons. Administrativo



LIGIAN REGINA KALVON
Conselho Fiscal



JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA

Conselho Administrativo

FÁBIO CECCONELO

Conselho Fiscal



REGINALDO APARECIDO NAVES

Conselho Administrativo

MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA

Conselho Fiscal

NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo



MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

Conselho Fiscal

SANDRA ARIADNE CASASSA

Conselho Administrativo



ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal

NIVIA CARLA DA FONSECA

Conselho Administrativo



VALMIR BRUSTOLIN

Conselho Administrativo